

TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP
SÃO PAULO, 20 DE FEVEREIRO DE 2006

Resultados trimestrais 2005
Janeiro –Dezembro



TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP

São Paulo, 20 de Fevereiro de 2006

Resultados trimestrais 2005
janeiro – dezembro

ÍNDICE

DESTAQUES DOS RESULTADOS	2
DESTAQUES DAS RECEITAS	6
DESTAQUES DOS GASTOS OPERACIONAIS	9
OUTROS DESTAQUES	12
EVENTOS SOCIETÁRIOS	13
EVENTOS SUBSEQUENTES	16
NOTAS ADICIONAIS	17
RESUMO HISTÓRICO	19
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	21
BALANÇOS PATRIMONIAIS	22
DADOS OPERACIONAIS	23
TARIFAS	24
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25

DESTAQUES DOS RESULTADOS

<i>Dados consolidados não auditados (Milhões de reais)</i>	Janeiro - Dezembro		
	2005	2004	% Var
Receita operacional líquida ^{1/}	14.395,1	13.308,6	8,2
EBITDA ^{2/}	6.552,3	6.038,2	8,5
Margem EBITDA (%)	45,5%	45,4%	0,1 P.P.
Resultado operacional	2.395,5	1.976,5	21,2
Resultado antes dos impostos e participações	2.433,3	2.016,6	20,7
Resultado líquido	2.541,9	2.181,1	16,5
Ações em circulação (milhões)	493,6	493,6	0,0
LPA	5,15	4,42	16,5
Linhas instaladas comutadas (ooo)	14.319,6	14.230,8	0,6
Linhas em serviço (ooo)	12.347,0	12.462,7	(0,9)
Densidade telefônica (por 100 habit.)	30,9%	31,7%	(0,8) P.P.
Linhas em serviço/empregado ^{3/}	1.744	1.865	(6,5)
Digitalização da rede (%)	100,0	98,7	1,3 P.P.

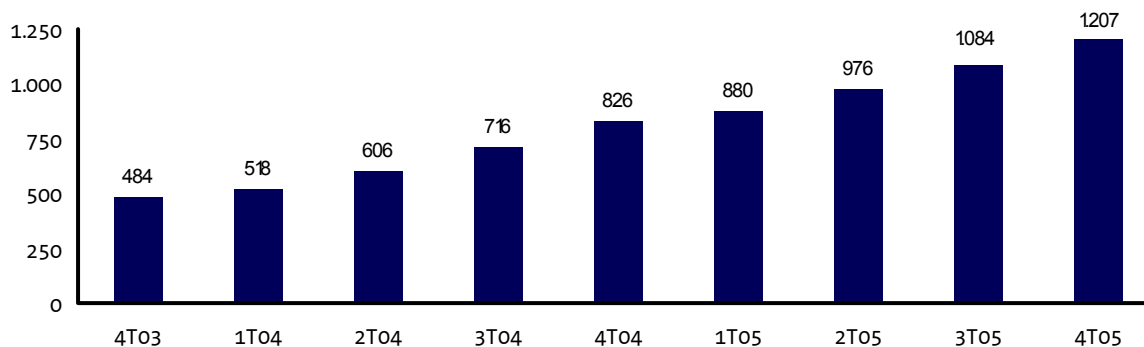
1/ A Receita Operacional Bruta do acum. até dez05 foi de R\$20.350,9 milhões e a do acum. até dez04 foi de R\$18.425,7 milhões. As deduções, que incluem ICMS, PIS, COFINS, ISS, IPI e descontos concedidos foram de R\$5.955,8 milhões no acum. até dez05 e de R\$5.117,0 milhões no acum. até dez04.

2/ Resultado antes da depreciação/amortização e receitas (despesas) financeiras - EBITDA.

3/ Para o cálculo deste índice, LIS considera linhas fixas em serviço mais linhas ADSL.

ADSL é oferecido com a marca “Speedy” e atingiu 1.206.799 clientes em dezembro de 2005, apresentando um incremento de 11,3% em relação ao 3T05. Em relação a dezembro de 2004, o crescimento foi de 46,0%, em linha com o ritmo de crescimento dos últimos trimestres.

EVOLUÇÃO DOS CLIENTES ADSL (Milhares)

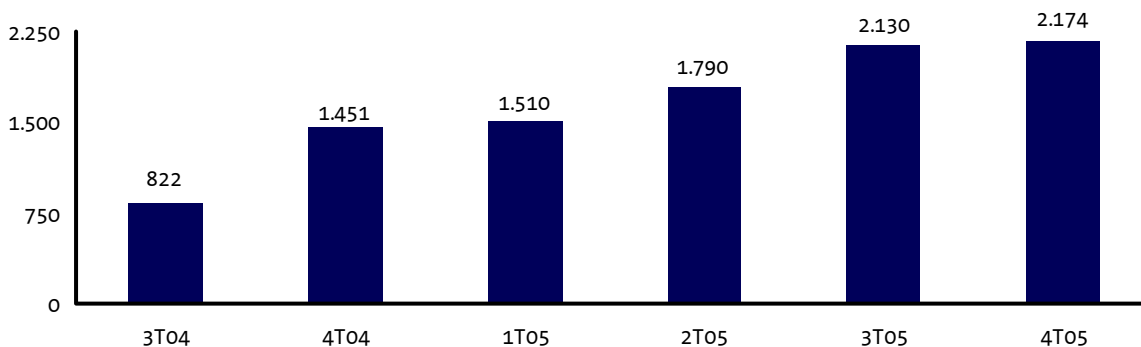


Planos alternativos de telefonia fixa – Em 2005 houve a consolidação destes planos alternativos, que tiveram seu lançamento comercial em julho de 2004. Os planos alternativos de telefonia fixa rentabilizam a capacidade instalada da Telesp e atendem segmentos do mercado que antes não tinham opções mais econômicas para acesso ao telefone fixo. Isto reflete o compromisso da Telesp com a universalização dos serviços de telecomunicações no Estado de São Paulo, superior às exigências regulatórias, e à socialização do acesso à comunicação e informação. Seguem alguns dos planos lançados em 2005:

- **Linha da Economia Família**, lançada em 21 de março de 2005 já possui mais de 1 milhão de terminais no Estado de São Paulo. Esta linha tem uma funcionalidade adicional à das Linhas da Economia anteriores, que possibilita que cada pessoa da família utilize seu próprio cartão pré-pago, tendo controle exclusivo. Este produto permite um controle de gastos com telefone porque as ligações de longa distância ou para celulares só podem ser feitas por meio de um cartão pré-pago. Nos lançamentos mais recentes da Linha da Economia Família, 83% dos clientes não eram assinantes da base da Telesp.
- **Plano Internet Ilimitado**, lançado em 12 de maio de 2005, o cliente paga um valor fixo mensal de R\$29,90 (tarifa promocional para clientes residenciais) e passa a ter acesso discado à *web* por tempo ilimitado, em qualquer dia e horário da semana. Com esse plano o internauta navega o tempo que quiser e passa a dispor de um meio simples e eficaz para o controle de seus gastos. Entre outros resultados, o tempo mensal de conexão à *web* aumentou 3,5 vezes. Desde o seu lançamento, mais de 100 mil clientes aderiram a este plano.

EVOLUÇÃO DOS PLANOS ALTERNATIVOS DE TELEFONIA FIXA

(Milhares de linhas)

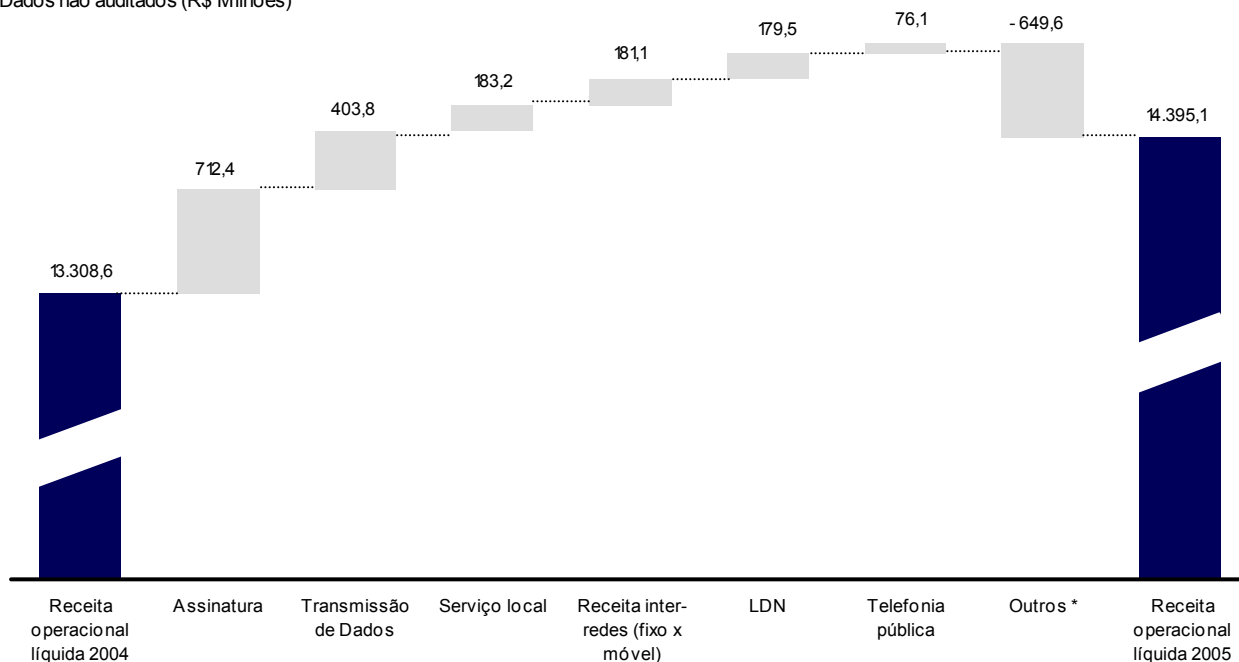


A **receita operacional líquida** acumulada até dezembro de 2005 foi de R\$14.395,1 milhões, que comparada à receita apurada no mesmo período do ano anterior de R\$13.308,6 milhões, apresentou um aumento de R\$1.086,5 milhões ou 8,2%, justificada principalmente pelos realinhamentos tarifários ocorridos em 2004 e 2005, além do crescimento do serviço Speedy, da Longa Distância inter regional e internacional, além dos Serviços de Linha Inteligente, parcialmente contrabalançados pela queda na receita de uso de rede e na receita de Longa Distância intra-regional. Quando comparamos o 4T05 com o 4T04, observamos um aumento de R\$308,7 milhões ou 9,0% pelos mesmos motivos citados acima.

A **Margem EBITDA** de 2005 foi de 45,5%, apresentando-se praticamente estável em relação a 2004. Quando comparamos o 4T05 com o 4T04, observa-se uma queda de 1,6p.p. (44,8% x 46,3%), contribuindo para isto a queda na Longa Distância Intra-regional, o aumento dos tributos, dos gastos com pessoal e dos serviços de terceiros. Este efeito foi parcialmente contrabalançado pelos realinhamentos tarifários ocorridos em 2004 e 2005, além do crescimento do serviço Speedy.

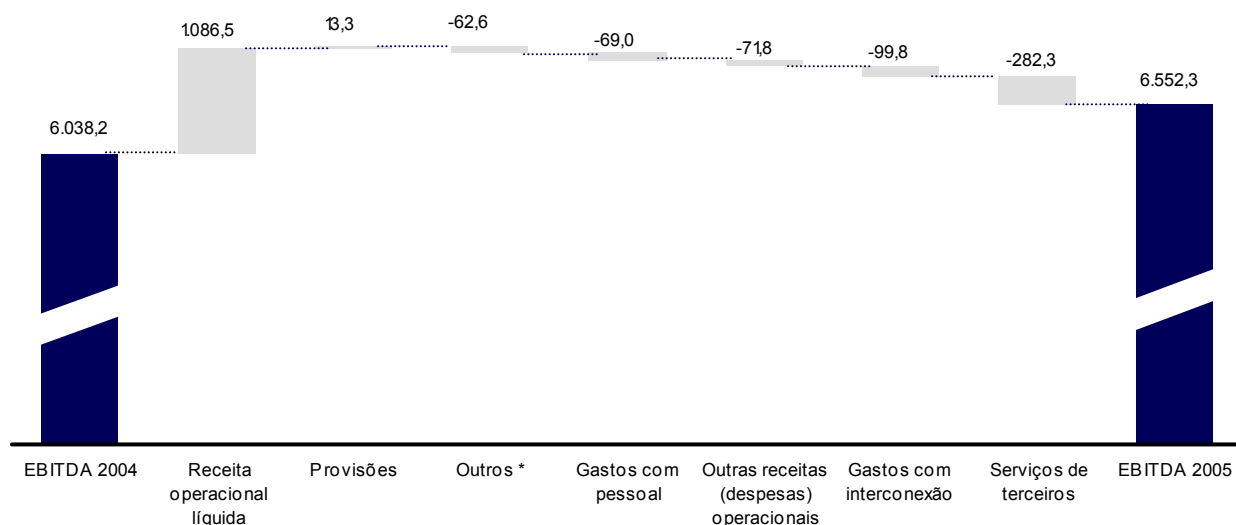
FONTES DE VARIAÇÃO NA EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE 2004 PARA 2005

Dados não auditados (R\$ Milhões)



FONTES DE VARIAÇÃO NA EVOLUÇÃO DO EBITDA DE 2004 PARA 2005

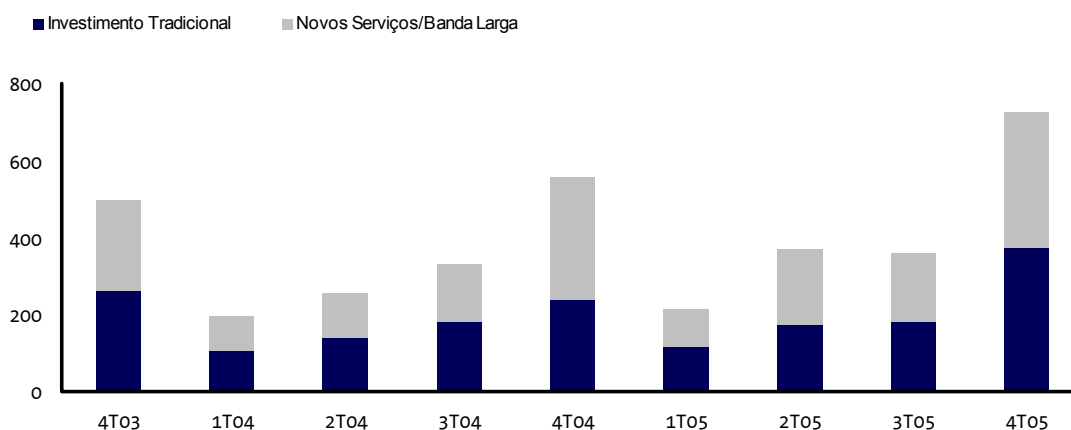
Dados não auditados (R\$ Milhões)



O Capex consolidado no acumulado até dezembro de 2005 foi de R\$1.672,5 milhões. Este número está em linha com as necessidades da empresa e confirma o compromisso do Grupo Telefônica no Brasil com vistas ao longo prazo, tanto na manutenção e socialização dos serviços tradicionais como de crescimento nos novos serviços.

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO

R\$ milhões



O endividamento da empresa em 31 de dezembro de 2005 era de R\$2.691,9 milhões, 10,0% menor que em 31 de dezembro de 2004. Em 30 de setembro de 2005 o endividamento da empresa era de R\$3.202,8 milhões. A diferença mais relevante em relação a 2004 se deve a um maior alongamento da dívida em função da emissão de debêntures. O perfil de endividamento da Telesp é otimizado em função das alternativas e condições de financiamentos disponíveis no mercado financeiro e da situação econômico- financeira da empresa a cada momento.

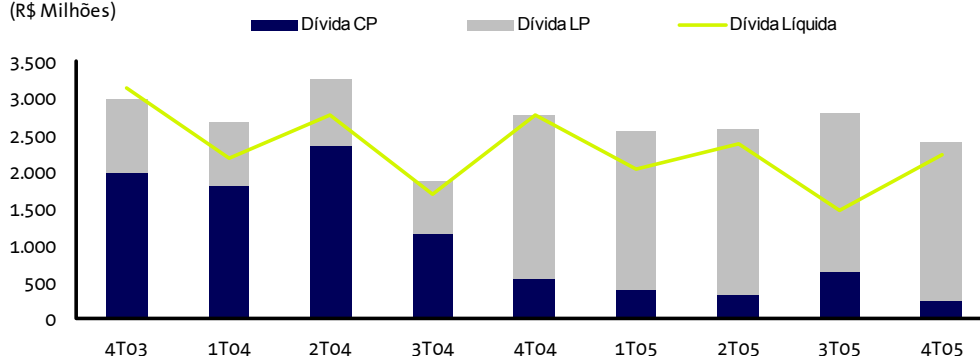
DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA

(R\$ Milhões)

	Dezembro/05	Setembro/05	Dezembro/04
Dívida de Curto Prazo	(246,8)	(638,8)	(529,9)
Dívida de Longo Prazo	(2.150,9)	(2.142,2)	(2.226,3)
Dívida Total	(2.397,6)	(2.781,0)	(2.756,2)
Ganho / Perda nas Operações de Derivativos	(294,3)	(421,8)	(235,9)
Dívida (pós-operações de derivativos)	(2.691,9)	(3.202,8)	(2.992,2)
Caixa	463,5	1.739,0	238,6
Dívida Líquida	(2.228,4)	(1.463,8)	(2.753,6)

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

(R\$ Milhões)

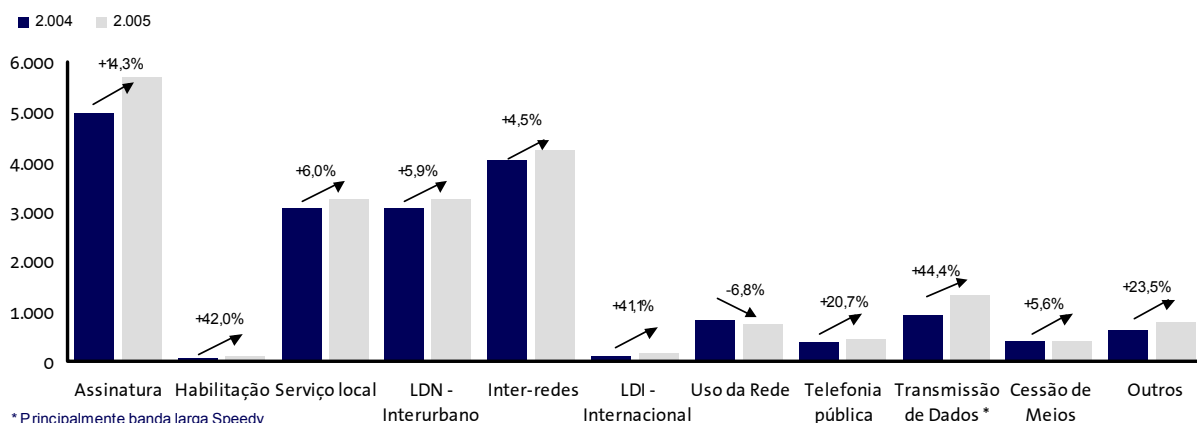


DESTAQUES DAS RECEITAS

A receita operacional bruta acumulada até dezembro de 2005 atingiu R\$20.350,9 milhões, apresentando um crescimento de R\$1.925,2 milhões ou 10,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Quando comparamos o 4T05 com o 4T04, observamos um crescimento de R\$483,9 milhões ou 10,1%.

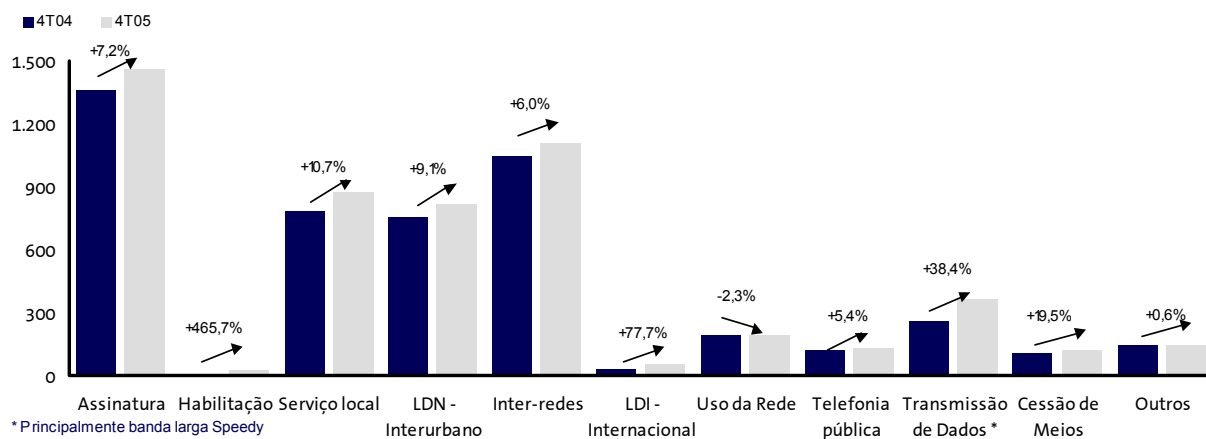
EVOLUÇÃO DOS ITENS DE RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE 2004 PARA 2005

(R\$ Milhões)



EVOLUÇÃO DOS ITENS DE RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE 4T04 PARA 4T05

(R\$ Milhões)



As variações são justificadas pelos itens a seguir:

Assinatura: atingiu R\$5.691,3 milhões no acumulado até dezembro de 2005, apresentando um acréscimo de R\$712,4 milhões ou 14,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos realinhamentos tarifários ocorridos em 2004 e 2005, além do sucesso na comercialização dos planos alternativos de telefonia fixa. No comparativo 4T05 x 4T04, observamos um acréscimo de R\$98,1 milhões ou 7,2% pelos mesmos motivos citados acima.

Habilitação: atingiu R\$97,7 milhões no acumulado até dezembro de 2005, apresentando um crescimento de R\$28,9 milhões ou 42,0% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido basicamente à habilitação da Linha da Economia Família, contrabalançada parcialmente pela campanha promocional da segunda linha, onde o cliente não paga a habilitação para instalação da linha. No comparativo 4T05 x 4T04, houve um crescimento de R\$22,5 milhões ou 465,7% devido aos mesmos motivos citados acima.

Serviço local: atingiu R\$3.247,8 milhões no acumulado até dezembro de 2005, apresentando um crescimento de R\$183,2 milhões ou 6,0% em comparação ao mesmo período de 2004, em função dos reajustes tarifários ocorridos em 2004 e 2005 contrabalançados parcialmente pela redução no tráfego local (pulsos excedentes) em torno de 7,3%. A queda do tráfego local deve-se principalmente ao decréscimo da internet discada (devido à migração para Banda Larga) e à reconfiguração das áreas locais ocorrida em setembro e dezembro de 2004, onde chamadas que anteriormente eram consideradas com degrau DC e tarifadas por pulsos com cadência diferenciada, passaram a ser tarifadas como chamadas locais simples. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um acréscimo de R\$84,4 milhões ou 10,7% devido principalmente aos reajustes tarifários ocorridos em 2005, contrabalançados parcialmente pela queda no tráfego local (pulsos excedentes) de 2,3%.

LDN: atingiu R\$3.238,8 milhões em dezembro de 2005, apresentando um crescimento de R\$179,5 milhões ou 5,9% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um acréscimo de R\$68,5 milhões ou 9,1%. As variações são justificadas pelos seguintes fatores:

Longa distância intra-estadual: atingiu R\$2.194,2 milhões no acumulado até dezembro de 2005, apresentando uma redução de R\$132,9 milhões ou 5,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, principalmente por uma reclassificação nas receitas de cobilling com as operadoras móveis (receita SMP de intra-estadual para interestadual e internacional). Caso não houvesse esta reclassificação, teríamos uma variação positiva de R\$19,2 milhões ou 0,8%, sendo justificada pelos reajustes tarifários ocorridos em 2004 e 2005 e pelas receitas obtidas com o uso do código 15 nas demais áreas de Concessão, contrabalançados parcialmente pela queda no tráfego e também pela reconfiguração das áreas locais, onde áreas que antes eram consideradas como Longa Distância (degrau 1) passaram a ser consideradas locais. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um decréscimo de R\$162,9 milhões ou 28,1%. Caso não houvesse a reclassificação citada acima, teríamos uma redução de R\$10,8 milhões ou 1,9% devido principalmente a reconfiguração das áreas locais, parcialmente contrabalançado pelo reajuste tarifário.

Longa distância interestadual: atingiu R\$1.044,7 milhões no acumulado até dezembro de 2005, apresentando um crescimento de R\$312,4 milhões ou 42,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, principalmente por uma reclassificação nas receitas de cobilling com as operadoras móveis (receita SMP de intra-estadual para interestadual e internacional). Caso não houvesse esta reclassificação, teríamos uma variação de R\$172,6 milhões ou 23,6%, sendo justificados pelos reajustes tarifários ocorridos em 2004 e 2005, além das receitas obtidas com o uso do código 15 nas demais áreas de Concessão. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um crescimento de R\$231,4 milhões ou 134,7%. Caso não houvesse a reclassificação citada acima, teríamos uma variação positiva de R\$91,5 milhões ou 53,3%, justificados principalmente pelos reajustes tarifários ocorridos em 2004 e 2005, além das receitas obtidas com o uso do código 15 nas demais áreas de Concessão.

Receita inter-redes: atingiu R\$4.220,3 milhões no acumulado até dezembro de 2005, apresentando um crescimento de R\$181,1 milhões, ou 4,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um aumento de R\$62,7 milhões ou 6,0%. Ambos efeitos foram causados pelo aumento no tráfego SMP e pelo aumento na venda de cartões pré-pagos relacionados aos planos alternativos de telefonia fixa. Vale ressaltar o atraso no reajuste das tarifas fixo-móvel (VC1) que estava previsto para fevereiro/05 e só ocorreu em junho/05, assim como o não reajuste do VC2 e VC3.

LDI: atingiu R\$158,9 milhões no acumulado até dezembro de 2005, apresentando um aumento de R\$46,3 milhões ou 41,1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Caso não houvesse a reclassificação nas receitas de cobilling com as operadoras móveis (receita SMP de intra-estadual para interestadual e internacional), teríamos uma variação de R\$34,0 milhões ou 30,2% motivado principalmente pelo aumento do tráfego e pelo aumento no uso do código 15 nas demais áreas de Concessão. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um aumento de R\$24,0 milhões ou 77,7%. Caso não houvesse a reclassificação citada, teríamos uma variação positiva de R\$11,7 milhões ou 37,8%, justificados pelas mesmas razões citadas acima.

Receita de uso da rede: atingiu R\$754,5 milhões no acumulado até dezembro de 2005 e quando comparado com o mesmo período do ano anterior, apresentou um decréscimo de R\$54,7 milhões ou 6,8%, motivado principalmente pelo reajuste tarifário negativo em função do fator de produtividade considerado no cálculo e pela queda no tráfego inter-regional. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um decréscimo de R\$4,4 milhões ou 2,3%, pelos mesmos motivos citados acima.

Telefonia pública: atingiu R\$443,2 milhões no acumulado até dezembro de 2005, apresentando um acréscimo de R\$76,1 milhões ou 20,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido ao aumento na venda de cartões telefônicos, além dos realinhamentos tarifários ocorridos em 2004 e 2005. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um crescimento de R\$6,5 milhões ou 5,4%, justificado principalmente pelo reajuste tarifário.

Transmissão de dados: atingiu R\$1.313,0 milhões no acumulado até dezembro de 2005, registrando um crescimento de R\$403,8 milhões ou 44,4% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um acréscimo de R\$101,0 milhões ou 38,4%. Ambos efeitos foram causados pelo crescimento dos serviços “Speedy”.

Cessão de Meios: atingiu R\$414,5 milhões no acumulado até dezembro de 2005, apresentando um acréscimo de R\$22,0 milhões ou 5,6% quando comparado com mesmo período do ano anterior. Este efeito foi causado principalmente pelas receitas com Aluguel de Exploração Industrial de Linhas Dedicadas de 2MB (EILD 2MB) e Acesso Local à Rede de Pacotes. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um acréscimo de R\$19,8 milhões ou 19,5% pelos mesmos motivos citados acima.

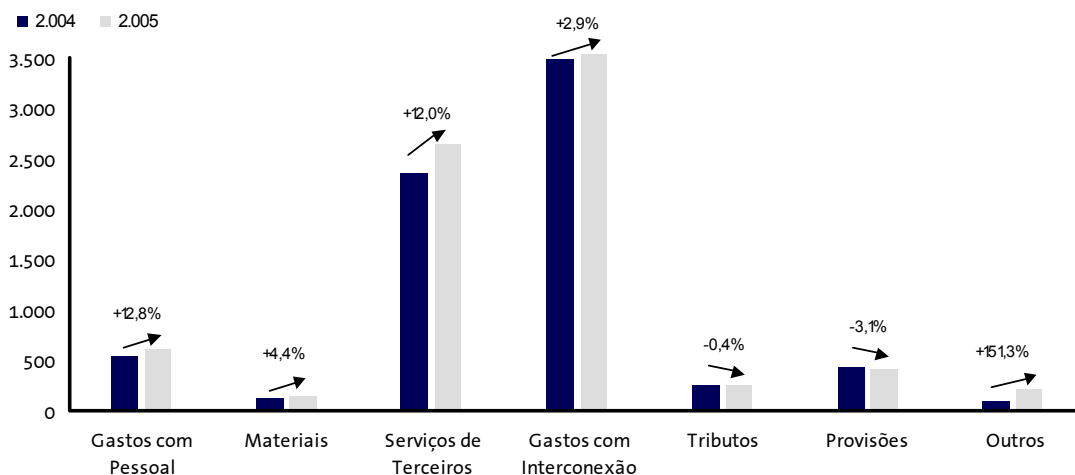
Outros: atingiu R\$770,9 milhões no acumulado até dezembro de 2005, apresentando um acréscimo de R\$146,7 milhões ou 23,5%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao crescimento da receita de serviço de linha inteligente (serviços adicionais à telefonia fixa) e receitas com administração dos serviços telefônicos em edifícios comerciais realizada pelas subsidiárias A. Telecom S/A e Atrium, contrabalançada parcialmente pela queda na receita de revenda de mercadorias. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um aumento de R\$0,8 milhões ou 0,6%, devido principalmente pelo crescimento da receita de linha inteligente, contrabalançado pela queda na receita de venda de mercadorias. Vale destacar que mais de 61% dos clientes subscrevem ao menos um serviço de linha inteligente, tais como Secretária Eletrônica, Detecta e Caixa Postal.

DESTAQUES DOS GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos operacionais acumulados até dezembro de 2005 foram de R\$7.842,8 milhões e quando comparados ao mesmo período do ano anterior, cresceram R\$572,3 milhões, ou 7,9%. Quando comparamos 4T05 x 4T04, houve um aumento de R\$224,4 milhões ou 12,1%.

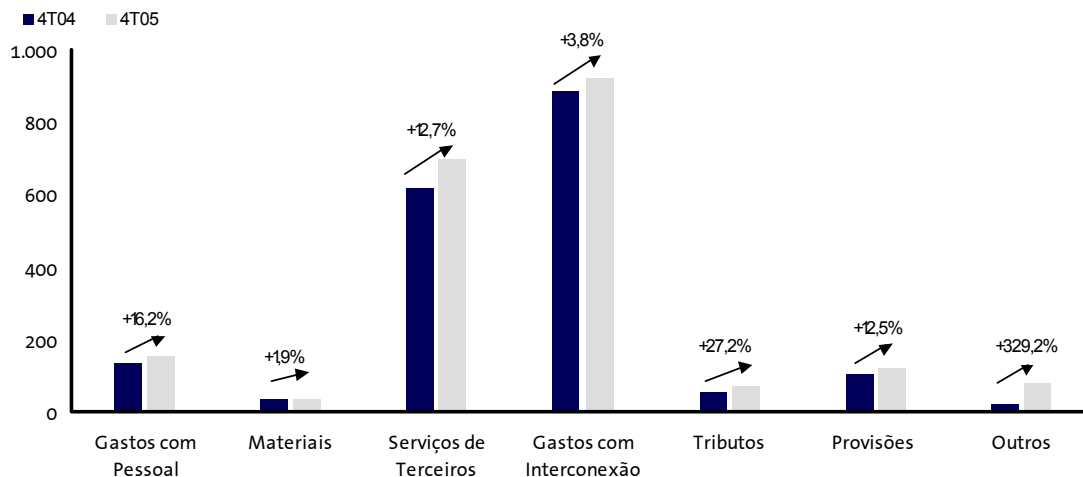
EVOLUÇÃO DOS ITENS DE GASTOS OPERACIONAIS DE 2004 PARA 2005

(R\$ Milhões)



EVOLUÇÃO DOS ITENS DE GASTOS OPERACIONAIS DE 4T04 PARA 4T05

(R\$ Milhões)



As variações são explicadas pelos itens a seguir:

Gastos com pessoal atingiram R\$608,8 milhões no acumulado até dezembro de 2005, um acréscimo de R\$69,0 milhões ou 12,8% quando comparados com o mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos reajustes salariais ocorridos em set/04 e set/05, ao Plano de Carreira que beneficiou aproximadamente 3.000 funcionários, ao aumento do quadro funcional devido à internalização de serviços de administração de sistemas que antes eram terceirizados, além da incorporação da Atrium. Essa variação foi parcialmente amortizada pelo fato dos valores de 2004 estarem inflados em função da aplicação do Programa de Desligamento Incentivado (PDI) no 1S04.

Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um acréscimo de R\$21,8 milhões ou 16,2% devido principalmente ao dissídio anual e ao aumento do quadro funcional.

Gastos com administração, atingiram R\$6.626,0 milhões no acumulado até dezembro de 2005, apresentando um crescimento de R\$428,5 milhões ou 6,9% quando comparados ao mesmo período do ano anterior. Quando comparamos 4T05 com 4T04, observamos um crescimento de R\$116,8 milhões ou 7,3%.

Dentre os principais motivos, são destaques:

Materiais atingiram R\$135,5 milhões no acumulado até dezembro de 2005, apresentando um crescimento de R\$5,7 milhões ou 4,4% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, causado principalmente pelo aumento com materiais referentes ao cartão de telefonia pública, ao cartão da linha da economia e à promoção do Aparelho Detecta (serviço de identificação de chamada), contrabalançado parcialmente pela redução dos Custos das Mercadorias Vendidas (motivado pela queda na comercialização de modem, que a partir do 2S04 foi tercerizada) e pela redução nos gastos com materiais de manutenção da planta produtiva. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um crescimento de R\$0,7 milhões ou 1,9% devido aos mesmos motivos citados acima.

Serviços prestados por terceiros, atingiram R\$2.641,6 milhões no acumulado até dezembro de 2005, apresentando um aumento de R\$282,3 milhões ou 12,0% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao aumento dos gastos com serviços operacionais da planta, aumento do trânsito internet rede-IP em função do crescimento da planta do Speedy, serviço de atendimento ao cliente e jurídico, contrabalançados parcialmente pela redução nos gastos com propaganda. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um aumento de R\$78,5 milhões ou 12,7%, devido aos mesmos motivos citados acima.

Gastos com interconexão atingiram R\$3.579,1 milhões no acumulado até dezembro de 2005 e quando comparado com o mesmo período de 2004 cresceram R\$99,8 milhões ou 2,9% principalmente em função dos aumentos do uso da rede fixo-móvel, do aumento do tráfego fixo entrante de longa distância de outra operadora com terminação móvel na região III, onde houve aumento de remuneração de 4,5% em jun/05 (VUM), parcialmente contrabalançado pelo reajuste negativo de 13,3% na tarifa de uso de rede local (TU-RL), ocorrido em jun/05. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um aumento de R\$34,1 milhões ou 3,8%, motivado principalmente pelo crescimento do uso da rede fixo-móvel e pelos reajustes de tarifas de uso de rede de outras empresas.

Outros atingiram R\$269,8 milhões no acumulado até dezembro de 2005, apresentando um aumento de R\$40,7 milhões ou 17,8% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, principalmente pelo crescimento nos gastos com infra-estrutura e exploração de linhas dedicadas (aluguel de infra-estrutura), contrabalançado parcialmente pela redução de aluguéis com prédios administrativos e pela negociação de aluguel de postes com empresa elétrica. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos um crescimento de R\$3,5 milhões ou 5,7%, devido aos mesmos motivos citados acima.

Tributos no acumulado até dezembro de 2005 atingiram R\$246,5 milhões, e quando comparado ao mesmo período do ano anterior, apresentaram uma redução de R\$1,1 milhões ou 0,4% em função, principalmente, da redução total, a partir de agosto de 2004, da alíquota de PIS / COFINS sobre as receitas financeiras. Com relação ao comparativo 4T05 x 4T04, vale destacar que a partir do 4T04 a

Telesp passou, conforme autorização da Anatel, a deduzir as despesas de interconexão e aluguel de EILDs de sua base de cálculo do FUST e que esta dedutibilidade foi revogada em dez/05 através da súmula nº 07/2005, sendo retroativo a 17 de agosto de 2000. Como consequência desta adequação, houve um acréscimo de R\$14,6 milhões ou 27,2% no comparativo trimestre a trimestre, contrabalançado parcialmente pela adequação contábil do ISS sobre Outras Receitas que foram reclassificadas para Deduções.

Provisões no acumulado até dezembro de 2005 apresentaram uma redução de R\$13,3 milhões ou 3,1%, quando comparados ao mesmo período do ano anterior, sendo que o total de 2005 representa 2,9% da receita operacional líquida (3,2% no mesmo período do ano anterior). No 4T05 esta provisão representou 3,1% da receita operacional líquida. Este resultado positivo é devido aos esforços de cobrança, recuperação de dívidas e produtos mais adequados aos diferentes segmentos de mercado, tais como os novos planos alternativos “da Economia”.

Ganho (Perda) com Investimentos, no acumulado até dezembro de 2005 apresentou um resultado negativo de R\$17,8 milhões e no mesmo período de 2004, apresentou um resultado negativo de R\$0,5 milhão, apresentando uma variação de R\$17,4 milhões, motivado pelo efeito de variação cambial na equivalência patrimonial da subsidiária Aliança Atlântica. No 4T05 apresentou um resultado negativo de R\$2,0 milhões e no 4T04 um resultado negativo de R\$1,2 milhões, apresentando uma variação de R\$0,8 milhão, devido ao mesmo motivo citado acima.

Outras receitas (despesas) operacionais no acumulado até dezembro de 2005 apresentaram uma variação líquida negativa de R\$71,8 milhões em relação ao mesmo período de 2004. Tal comportamento deveu-se, principalmente a baixa de contas a receber referente a serviços de SMP, contingências tributárias (ICMS), pagamento de rescisão contratual com empresas terceirizadas que não estavam prestando serviços de acordo com o padrão Telefónica e parceria de venda de modems, contrabalançadas parcialmente com venda de materiais de almoxarifado e receita com multas. Quando comparamos o 4T05 x 4T04, observamos uma variação negativa de R\$58,9 milhões devido principalmente ao pagamento de rescisão contratual com empresas terceirizadas que não estavam prestando serviços de acordo com o padrão Telefónica e parceria de venda de modem.

OUTROS DESTAQUES

Depreciação no acumulado até dezembro de 2005 sofreu uma redução de R\$52,4 milhões quando comparado ao mesmo período de 2004, motivado principalmente pela adequação dos níveis de CAPEX após o cumprimento das metas de universalização. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos uma redução de R\$12,4 milhões, pelo mesmo motivo citado acima.

Receitas (despesas) financeiras operacionais: o resultado financeiro negativo aumentou R\$147,5 milhões no comparativo 2005 x 2004, devido basicamente a um maior provisionamento para Juros Sobre Capital Próprio e aos aumentos dos juros passivos em função de uma maior taxa média de juros no período. No comparativo 4T05 x 4T04, o resultado financeiro positivo aumentou em R\$196,6 milhões, devido basicamente à menor distribuição de Juros Sobre Capital Próprio no período. O endividamento bruto e o resultado dos passivos de empréstimos, financiamentos e compromissos de compra em moeda estrangeira da Sociedade são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2005, 36,45% (44,60% em 31 de dezembro de 2004) da dívida financeira era denominada em moeda estrangeira (dólar norte-americano e iene), sendo que 99,37% do endividamento (98,50% em 31 de dezembro de 2004) era coberto por posições ativas de operações de “hedge” cambial (“swap” para CDI). Os ganhos ou perdas das operações para cobertura do endividamento financeiro estão registrados na demonstração de resultado. Em 31 de dezembro de 2005, as operações de derivativos geraram um resultado negativo líquido consolidado de R\$414,7 milhões, tendo sido registrado um passivo em 31 de dezembro de 2005 de R\$294,3 milhões para reconhecer a perda temporária existente. Por serem operações de cobertura, parte do resultado negativo líquido consolidado de R\$414,7 milhões com derivativos é compensado pela receita de variação cambial das dívidas, no valor de R\$250,1 milhões.

Receitas (despesas) não operacionais em 2005 apresentaram resultado positivo de R\$37,8 milhões, mas quando comparado com o mesmo período do ano anterior, apresenta uma redução de R\$2,3 milhões ou 5,7%, devido basicamente à venda de imóveis que em 2005 apresentou um resultado positivo, contrabalançado parcialmente pela venda de participação em investimento. Quando comparamos 4T05 x 4T04, observamos uma redução de R\$14,9 milhões devido principalmente pela venda de imóveis e pela doação de infra-estrutura.

Empréstimos e financiamentos: Em 31 de dezembro de 2005, a Sociedade tinha R\$874,0 milhões (R\$1.228,6 milhões em 31 de dezembro de 2004) em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, dos quais R\$478,2 milhões (R\$563,0 milhões em 31 de dezembro de 2004) captados a taxas de juros fixas e R\$395,8 milhões (R\$665,6 milhões em 31 de dezembro de 2004) captados a taxas de juros variáveis (Libor). Para cobrir o risco cambial e de taxas de juros variáveis externas (Libor) dessas dívidas em moeda estrangeira, a Sociedade contratou operações de “hedge” de modo a atrelar essas dívidas à moeda local, com taxas de juros flutuantes indexadas ao CDI, fazendo com que o resultado financeiro da Sociedade seja afetado por oscilações nessa taxa. Compõem também a posição de empréstimos e financiamentos o valor de debêntures emitidas em 2004, com remuneração baseada na variação do CDI, de R\$1.521,7 milhões (R\$1.522,0 milhões em 31 de dezembro de 2004). Por outro lado, a Sociedade investe o excesso de disponibilidade (aplicações financeiras) de R\$463,5 milhões (R\$238,6 milhões em 31 de dezembro de 2004), principalmente em instrumentos de curto prazo, baseados na variação do CDI, o que também contribui para reduzir esse risco. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis em curto prazo.

EVENTOS SOCIETÁRIOS

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

Telesp	Ordinárias	Preferenciais	Total
Grupo Controlador	140.040.859 <i>84,71%</i>	291.819.561 <i>88,90%</i>	431.860.420 <i>87,49%</i>
Minoritários	24.020.839 <i>14,53%</i>	36.148.632 <i>11,01%</i>	60.169.471 <i>12,19%</i>
Tesouraria	1.258.508 <i>0,76%</i>	303.879 <i>0,09%</i>	1.562.387 <i>0,32%</i>
Número total de ações	165.320.206	328.272.072	493.592.278

OBS: Processo de Grupamento encerrado em 24/06/05, negociação unitária a partir de 27/06/05.

Capital subscrito/integralizado - R\$ mil (30/09/05):	5.978.074
Valor patrimonial por ação (R\$):	20,67
Capital subscrito/integralizado - R\$ mil (31/12/05):	5.978.074

Debêntures - Em 03 de setembro de 2004, a Sociedade anunciou um Programa de Distribuição de Valores Mobiliários (“Programa”) e à efetivação, no âmbito do Programa, da Primeira Emissão de Debêntures da Telesp (“Oferta”).

O Programa tem o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), com prazo de duração de dois anos, contados do arquivamento na CVM em 15 de outubro de 2004, e prevê a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária ou subordinada e/ou notas promissórias.

A Oferta consistiu na emissão de 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (“Debêntures”), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) totalizando o montante de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), em série única, com vencimento final em 01 de setembro de 2010 (seis anos). As debêntures rendem juros com pagamentos trimestrais, correspondentes a 103,5% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

A remuneração das debêntures tem previsão de repactuação em 01 de setembro de 2007. Conservadoramente, a Sociedade incluiu no cronograma consolidado de vencimento de longo prazo acima, o principal das debêntures no ano de 2007, data da repactuação da remuneração.

Aquisição da Atrium – Em 24 de dezembro de 2004, a Sociedade adquiriu o controle da Santo Genovese Participações Ltda., controladora da Atrium Telecomunicações Ltda. (“Atrium”), sociedade voltada ao gerenciamento da prestação de serviços de telecomunicações. A Santo Genovese Participações Ltda. (“Santo Genovese”), é uma empresa holding que possui, como único ativo, as cotas representativas de 99,99% do capital social da Atrium. O valor da aquisição foi estabelecido em R\$113,4 milhões. A operação permitirá ampliar a oferta ao mercado nacional de serviços de maior valor agregado, através do gerenciamento da prestação de serviços de telecomunicações.

Grupamento de ações - Em 22 de fevereiro de 2005, a Sociedade, representada pelo Conselho de Administração, em cumprimento à Instrução CVM 358, de 03/01/2002, publicou fato relevante e em 11 de maio de 2005 submeteu à Assembléia Geral Extraordinária (AGE), a proposta de grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Sociedade, conforme previsto no artigo 12 da Lei 6.404, de 15/12/1976.

Foi aprovada, por unanimidade de votos dos acionistas presentes na referida AGE, a proposta de grupamento da totalidade das antigas 165.320.206.602 ações ordinárias e 328.272.072.739 ações preferenciais representativas do capital social da Sociedade, conforme previsto no artigo 12 da Lei 6.404/76, na proporção de 1.000 ações existentes para 1 ação da respectiva espécie, sem redução do capital social, passando para 493.592.278 ações, das quais 165.320.206 ações ordinárias e 328.272.072 ações preferenciais e o limite do capital autorizado passará a ser de 700.000.000 ações, ordinárias ou preferenciais.

Foi concedido aos acionistas da Sociedade, o prazo de 12 de maio de 2005 até 24 de junho de 2005 para que estes, a seu livre e exclusivo critério, ajustassem suas posições acionárias, por espécies, em lotes múltiplos de 1.000 ações, mediante negociação por meio de sociedades corretoras autorizadas a operar pela BOVESPA, bem como para que pudessem ser tomadas as medidas cabíveis junto à Securities and Exchange Commission – SEC. A partir de 27 de junho de 2005, as ações representativas do capital social da Sociedade passaram a ser negociadas exclusivamente grupadas e por cotação unitária.

As ações resultantes das frações remanescentes do grupamento foram integralmente vendidas em leilão na BOVESPA, no dia 15 de julho de 2005. Os valores líquidos apurados com a alienação das ações no leilão foram disponibilizados em nome do respectivo acionista, após a liquidação do leilão, conforme fato relevante publicado dia 21 de julho de 2005.

A partir de 27 de junho de 2005, cada ADR passou a representar 1 (uma) ação preferencial.

Declaração e pagamento de Dividendos e Juros sobre capital próprio – Em 01 de abril de 2005, a Sociedade deliberou em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) com base nos lucros acumulados do balanço de 31 de dezembro de 2004, aos acionistas inscritos nos registros da sociedade no final do dia 01 de abril de 2005 e juros sobre capital próprio de R\$359.000.000,00 (trezentos e cinquenta e nove milhões de reais), com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$305.150.000,00 (trezentos e cinco milhões, cento e cinquenta mil reais), relativos ao exercício social de 2005 aos acionistas inscritos nos registros da Sociedade no final do dia 29 de abril de 2005. Os dividendos foram pagos à partir de 20 de abril de 2005 e os juros sobre capital próprio foram pagos à partir de 24 de outubro de 2005.

DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2005

(Valor por lote de mil ações - R\$)

	Ordinárias	Preferenciais (*)
Valor por lote de mil ações - R\$	2,849439	3,134382

(*) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme art. 7º do Estatuto Social da Sociedade.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2005

(Valor por lote de mil ações - R\$)

	Pessoas Jurídicas Imunes ou Isentas	Imposto de Renda na Fonte (15%)	Pessoas Jurídicas e Físicas
Ações Ordinárias	0,681965	0,102294	0,579671
Ações Preferenciais (*)	0,750162	0,112524	0,637638

(*) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme art. 7º do Estatuto Social da Sociedade.

No dia 19 de setembro de 2005, o Conselho de Administração deliberou o pagamento de dividendos intermediários com base nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2005, no montante de R\$1.290.000.000,00 (um bilhão e duzentos e noventa milhões de reais) e juros sobre capital próprio do exercício de 2005, no montante de R\$241.000.000,00 (duzentos e quarenta e um milhões de reais), com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$204.850.000,00 (duzentos e quatro milhões, oitocentos e cinquenta mil reais), aos acionistas inscritos nos registros da Sociedade em 19 de setembro de 2005, que foram pagos a partir de 24 de outubro de 2005.

DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2005

(Valor por ação - R\$)

	Ordinárias	Preferenciais (*)
Valor por ação - R\$	2,457954	2,703750

(*) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme art. 7º do Estatuto Social da Sociedade.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2005

(Valor por ação - R\$)

Valor por ação (R\$)	Pessoas Jurídicas Imunes ou Isentas	Imposto de Renda na Fonte (15%)	Pessoas Jurídicas e Físicas
Ações Ordinárias	0,459199	0,068880	0,390319
Ações Preferenciais (*)	0,505119	0,075768	0,429351

(*) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme art. 7º do Estatuto Social da Sociedade.

Em 12 de dezembro de 2005, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, “ad referendum” da Assembléia Geral de Acionistas, o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício social de 2005, no montante de R\$380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de reais) com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$323.000.000,00 (trezentos e vinte e três milhões de reais), aos acionistas inscritos nos registros da Sociedade ao final do dia 30 de dezembro de 2005. O pagamento será feito na data que vier a ser decidida pela Assembléia Geral de Acionistas.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2005

(Valor por lote de mil ações - R\$)

	Pessoas Jurídicas Imunes ou Isentas	Imposto de Renda na Fonte (15%)	Pessoas Jurídicas e Físicas
Ações Ordinárias	0,724049	0,108608	0,615441
Ações Preferenciais (*)	0,796453	0,119468	0,676985

(*) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme art. 7º do Estatuto Social da Sociedade.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Reestruturação Societária – conforme fato relevante publicado em 22 de novembro de 2005, o Conselho de Administração da Sociedade, em reunião realizada no dia 21 de novembro de 2005, aprovou proposta que visa à reestruturação societária envolvendo suas controladas A.Telecom S.A. (ex Assist), Santo Genovese Participações Ltda. e Atrium Telecomunicações Ltda.

A reestruturação ocorrerá da seguinte forma: Em um primeiro momento a Atrium será incorporada pela Santo Genovese, sendo extinta em virtude de tal operação. A incorporação da Atrium não implicará aumento do capital social da sua incorporadora Santo Genovese. Em um segundo momento a Santo Genovese será incorporada pela A.Telecom, sendo extinta em virtude dessa operação. As quotas da Santo Genovese, detidas pela Telesp, serão substituídas por ações a serem emitidas pela A. Telecom em aumento de capital decorrente da incorporação do patrimônio da Santo Genovese. As ações a serem emitidas pela A. Telecom serão totalmente atribuídas à Telesp, em substituição ao investimento detido na Santo Genovese, não sendo admitidos outros acionistas na A.Telecom, que manterá a sua condição de subsidiária integral da Telesp e passará a executar também as atividades antes executadas pela Atrium. O patrimônio das empresas, para fins de incorporação, será avaliado a valor contábil por peritos nomeados na forma da lei.

NOTAS ADICIONAIS

Deliberação CVM 371 – contabilização de planos de benefícios pós-aposentadoria. A Sociedade registrou os passivos atuariais conforme previsto na Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2005 e 2004, com base no cadastro dos participantes de novembro de 2005 e setembro de 2004, respectivamente, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado e reconhecidos imediatamente os ganhos e perdas atuariais de cada exercício. Os ativos dos planos estavam posicionados em 30 de novembro de 2005 e 2004, respectivamente, sendo que para os planos multipatrocinados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano. O valor total da obrigação reconhecida até 31 de dezembro de 2005 foi de R\$45,0 milhões.

Renovação do contrato de concessão: O contrato de Concessão vigente desde a privatização em 1998 expirou em 31 de dezembro de 2005 e foi prorrogado, em 22 de dezembro de 2005, por um período de 20 anos, podendo ser alterado em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro 2015 e 31 de dezembro de 2020. Vale mencionar alguns dos novos regulamentos que terão maior impacto na prestação dos serviços e no negócio da companhia, a saber:

Tarifação por minutos na telefonia local: a partir de julho de 2006 as chamadas de telefonia fixa local passarão a ser cobradas pelo tempo de utilização em minutos e a migração para o novo sistema ocorrerá entre março e julho de 2006, de acordo com programação das concessionárias. O novo método baseia-se na cobrança de um tempo inicial mínimo de conversação de 30 segundos e tarifação do excedente a cada décimo de minuto (seis segundos). A utilização do serviço local no horário reduzido (chamada atualmente de “pulso único”) continuará a ser cobrada “por chamada” (VCA) com valor equivalente a dois minutos de conversação. A franquia foi estabelecida em 200 minutos para o assinante residencial e 150 minutos para os assinantes das classes não residenciais e troncos. Para São Paulo, o minuto de conversação em horário normal com tributos terá o valor de R\$0,09593.

Interconexão: os valores máximos das tarifas de uso de rede local (TU-RL) e interurbana (TU-RIU), praticados entre as operadoras e conhecidas como tarifas de interconexão com as redes do STFC também foram fixadas. O Ato nº 54.693 de 13 de dezembro de 2005 da Anatel definiu que o valor máximo das TU-RIU serão de 30% dos valores correspondentes ao degrau 4 da tarifa de Longa Distância (obedecida à modulação horária) e o ato nº 54.694 de 13 de dezembro de 2005 definiu que o valor máximo da TU-RL será limitado a 50% do valor de público cobrado na chamada local, independentemente do horário da chamada.

AICE: em 15 de dezembro de 2005 o Conselho Diretor da Anatel aprovou o Regulamento do Acesso Individual Classe Especial (AICE) do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso público em geral. O AICE tem uso exclusivamente doméstico, limitado a um acesso por domicílio. Nas chamadas originadas no AICE, o valor do minuto é o mesmo do plano básico do STFC, acrescido de uma tarifa de completamento de chamada equivalente ao valor de dois minutos da chamada local. Não existe franquia de minutos nem modulação horária, além de não serem aceitas chamadas a cobrar. A assinatura do AICE custará aproximadamente R\$16,50, sem tributos (cerca de R\$23,00 com tributos), sendo comercializado obrigatoriamente como plano de serviço básico pré-pago.

IST: A Resolução do IST - Índice dos Serviços de Telecomunicações foi publicada em 23 de Novembro de 2005 e a composição final do índice foi publicada em 09 de dezembro de 2005. O IST é desenvolvido de forma a melhor refletir a inflação real dos custos das empresas do setor de telecomunicações e passa a ser o índice a ser utilizado como referência para as negociações do reajuste de tarifas telefônicas reguladas. A metodologia para determinação do IST baseia-se em uma cesta ponderada de índices

existentes, conforme segue: IPCA (46,27%), IPA-máquinas (34,15%), IGP-M (5,75%), INPC (4,78%), SINAPI (3,96%), IPCA – energia elétrica (2,00%), IPA – matérias plásticas (1,63%), IPCA – correios (1,13%) e IGP-DI (0,33%). A base para o próximo reajuste, previsto para meados de 2006 será um índice misto, com 7 meses de IGP-DI (Jun/05 a Dez/05) e 5 meses de IST (Jan/06 a Mai/06). Este índice incidirá sobre o STFC, EILD e SMP.

Fator de Produtividade (Fator X): é uma estimativa dos ganhos de produtividade obtidos pelas empresas de telefonia num determinado período. Este fator integra a fórmula de reajuste das tarifas de público, permitindo o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários. A produtividade será calculada para cada concessionária sendo que o valor mínimo do fator de produtividade a ser aplicado será uma média das mesmas, ponderada pelo número de linhas em serviço de cada uma. Para o reajuste de 2006 serão considerados os ganhos de produtividade do período 2004-2005.

Incremento das Tarifas Fixo-Móvel – Em 08 de junho de 2005, por meio do Ato nº 50.895, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL homologou o reajuste dos valores das chamadas destinadas ao Serviço Móvel Pessoal – SMP, com variação de 7,99% para a modalidade VC1, em toda a área de concessão da TELESP, setores 31,32 e 34 da Região III. O reajuste das chamadas VC1 entrou em vigor a partir do dia 12 de junho de 2005. As chamadas VC2 e VC3 permanecem sem reajuste até o momento.

Incremento das Tarifas Fixo-Fixo – Em 30 de junho de 2005, por meio dos Atos 51.300 e 51.301, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL homologou o reajuste tarifário do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 03 de julho de 2005. Os incrementos médios foram os seguintes: Local: 7,27%; Longa Distância: 2,94%; Tarifa de Uso da Rede Local - TU-RL: (-13,32%); Tarifa de Uso da Rede Inter-Urbana - TU-RIU: 2,94%.

Em 29 de junho de 2004, por meio dos Atos 45.011 e 45.012, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, homologou os percentuais para o reajuste tarifário do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 02 de julho de 2004, exceto para o setor 32 (ex-CETERP), com vigência a partir de 03 de julho de 2004. Em 02 de julho, os percentuais homologados foram aplicados sobre a base de tarifas determinada em Liminar Judicial. Os incrementos médios das cestas de tarifas foram os seguintes: Local: 6,89%; Longa Distância: 3,20%; Tarifa de Uso da Rede Local - TU-RL: (-10,47%); Tarifa de Uso da Rede Inter-Urbana - TU-RIU: 3,20%.

Após julgamento da Liminar Judicial pelo STJ, com a recuperação do IGP-DI como indexador, os percentuais homologados, de acordo com os atos publicados pela ANATEL, foram aplicados sobre a base de tarifas homologadas em junho de 2003, sem retroação, divididos em duas parcelas, entrando em vigor a primeira a partir de 01 de setembro de 2004. Em 01 de setembro de 2004, os seguintes índices de reajuste foram aplicados aos serviços da Telefônica: Pulso: média de 3,22%; Longa Distância Nacional: média de 5,22%; Assinatura Não Residencial e Tronco: média de 7,75%; Assinatura Residencial: 3,14%; Habilitação: média de 14,14%.

A segunda parcela foi aplicada a partir de 01 de novembro de 2004, com os seguintes índices de reajuste aplicados aos serviços da Telefônica: Pulso: média de 3,13%; Longa Distância Nacional: média de 4,97%; Assinatura Não Residencial e Tronco: média de 7,20%; Assinatura Residencial: 3,05%; Habilitação: média de 12,40%;

RESUMO HISTÓRICO

Telecomunicações de São Paulo S/A - TELESP desde 30 de novembro de 1999 (devido à reestruturação societária) é a nova denominação da Telesp Participações S/A., uma corporação organizada sob as leis da República Federativa do Brasil, formada a partir da cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A., em 22 de maio de 1998. A TELESP é a principal provedora de serviços públicos de telecomunicações de linha fixa no estado de São Paulo. Em 29 de julho de 1998, o governo brasileiro privatizou a Sociedade, vendendo as ações de controle da TELESP PARTICIPAÇÕES.

A Telecomunicações de São Paulo S/A - TELESP adquiriu, em dezembro de 1999, participação acionária nas Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto S/A - CETERP. As operações celulares foram alienadas.

Em 30 de junho de 2000, foi concluída a oferta pública de troca das ações em circulação da Sociedade por BDR's (Brazilian Depositary Receipts) representativos das ações da Telefônica, S.A.

Em 03 de agosto de 2000, foi constituída a subsidiária integral Telefônica Empresas S.A., tendo como objeto social a prestação dos serviços de rede comutada por pacote. Em 24 de novembro de 2000, a Sociedade integrou aumento de capital na sua subsidiária integral em moeda corrente e através da conferência de bens dos ativos relacionados ao serviço de rede comutada por pacote, incluindo a transferência da autorização do direito desse serviço.

Em 30 de janeiro de 2001, foi constituída a Telefônica Data Brasil Holding S.A., resultante de cisão parcial de acervo líquido da Sociedade. Esse acervo era representado pelo investimento na controlada integral Telefônica Empresas S.A. e valores a receber. O objetivo da constituição da Telefônica Data Brasil Holding S.A. foi a segregação das atividades operacionais relacionadas ao serviço de rede comutada por pacotes, devido à reestruturação administrativa e operacional que ocorreu no ano 2000.

Os negócios, serviços e tarifas da TELESP são regulamentados pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) desde 16 de junho de 1997, de acordo com decretos, decisões, planos e medidas regulatórias.

A TELESP foi a primeira empresa a entregar a documentação correspondente às metas da ANATEL, que já concedeu a licença que permite operar tráfego telefônico de longa distância nacional e internacional no Brasil. A licença autoriza também a TELESP a oferecer serviços de telefonia local fora de sua área de concessão (São Paulo) e atuar, assim, em todo o país.

Os serviços de Longa Distância Internacional começaram a ser ofertados em 07 de maio de 2002 enquanto que neste período a prestação dos serviços de Longa Distância Nacional esteve impedida por força de liminar. Pelas mesmas razões, os serviços de Longa Distância Nacional começaram a ser ofertados de forma regular em 29 de julho de 2002.

O Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, em sua 240ª reunião, realizada em 29 de janeiro de 2003, concedeu à Telecomunicações de São Paulo, S.A. - Telesp autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) em todo território nacional, com intuito de oferecer serviços de voz e dados através de pontos de presença, compostos de redes e circuitos de telecomunicações.

Em 06 de julho de 2003, as operadoras de telefonia móvel passaram a implantar o Código de Seleção de Prestadora (CSP) com o qual o cliente passa a escolher a prestadora de longa distância nacional (VP2 e VP3) e internacional, segundo regras do Serviço Móvel Pessoal - SMP. A Sociedade passou a reconhecer as receitas destes serviços, em contrapartida, passou a remunerar as operadoras de telefonia móvel pelo uso de suas redes.

Em 04 de setembro de 2004, foram implementadas as regras estipuladas na Resolução nº 373, de 03 de junho de 2004 da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que tratou da reconfiguração das áreas locais para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC. Como consequência, todas as chamadas anteriormente tarifadas como de longa distância nacional com degrau DC - Áreas Conurbadas - passaram a ser tarifadas como chamadas locais. Em São Paulo, essa alteração envolveu 53 municípios, sendo 39 deles na Grande São Paulo.

Em 04 de dezembro de 2004, foi implementada a fase II das regras estipuladas na Resolução nº 373, de 03 de junho de 2004, da Anatel. Essa alteração envolveu 25 municípios, distribuídos em 9 grupos distintos, nos quais os municípios elencados em cada grupo passaram a ser tarifados como chamada local no relacionamento entre si. Anteriormente, essas chamadas eram tarifadas como longa distância nacional, degraus 1 e 2.

Em 24 de dezembro de 2004, a Sociedade adquiriu controle da Santo Genovese Participações Ltda., controladora da Atrium Telecomunicações Ltda. ("Atrium"), sociedade voltada ao gerenciamento da prestação de serviços de telecomunicações. A operação permitirá ampliar a oferta ao mercado nacional de serviços de maior valor agregado, através do gerenciamento da prestação de serviços de telecomunicações.

Em 31 de dezembro de 2005 expirou o contrato de concessão do STFC. Este contrato de concessão foi prorrogado, em 22 de dezembro de 2005, por um período de 20 anos, podendo ser alterado em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020. Esta condição permite à Anatel estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época.

A cada 2 anos, durante 20 anos do novo período do Contrato de Concessão, as empresas de regime público deverão pagar uma taxa de renovação equivalente a 2% da receita do STFC, do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004

CONSOLIDADOS

Dados não auditados (Milhões de reais)

	Janeiro - Dezembro			Outubro - Dezembro		
	2005	2004	% VAR	2005	2004	% VAR
Receita Operacional Bruta	20.350,9	18.425,7	10,4	5.289,7	4.805,8	10,1
Assinatura	5.691,3	4.978,9	14,3	1.458,2	1.360,1	7,2
Habilitação	97,7	68,8	42,0	27,3	4,8	465,7
Serviço local	3.247,8	3.064,6	6,0	874,6	790,2	10,7
LDN	3.238,8	3.059,3	5,9	819,3	750,8	9,1
Intra-área de concessão	2.194,2	2.327,1	(5,7)	416,2	579,1	(28,1)
Inter-área de concessão	1.044,7	732,3	42,7	403,1	171,7	134,7
Receita inter-redes	4.220,3	4.039,1	4,5	1.108,4	1.045,6	6,0
LDI	158,9	112,6	41,1	54,8	30,8	77,7
Uso da rede	754,5	809,2	(6,8)	191,9	196,3	(2,3)
Telefonia pública	443,2	367,1	20,7	125,7	119,3	5,4
Transmissão de Dados	1.313,0	909,3	44,4	364,5	263,4	38,4
Cessão de Meios	414,5	392,5	5,6	121,4	101,6	19,5
Outros	770,9	624,2	23,5	143,5	142,7	0,6
Deduções	(5.955,8)	(5.117,0)	16,4	(1.534,4)	(1.359,2)	12,9
Receita operacional líquida	14.395,1	13.308,6	8,2	3.755,3	3.446,5	9,0
Gastos operacionais	(7.842,8)	(7.270,5)	7,9	(2.073,8)	(1.849,4)	12,1
Gastos com pessoal	(608,8)	(539,8)	12,8	(156,6)	(134,8)	16,2
Gastos com administração	(6.626,0)	(6.197,5)	6,9	(1.715,8)	(1.599,1)	7,3
Materiais	(135,5)	(129,9)	4,4	(35,2)	(34,6)	1,9
Serviços de terceiros	(2.641,6)	(2.359,2)	12,0	(695,2)	(616,6)	12,7
Gastos com interconexão	(3.579,1)	(3.479,2)	2,9	(920,7)	(886,6)	3,8
Outros	(269,8)	(229,1)	17,8	(64,8)	(61,3)	5,7
Tributos	(246,5)	(247,6)	(0,4)	(68,1)	(53,6)	27,2
Provisões	(415,6)	(428,9)	(3,1)	(117,6)	(104,5)	12,5
Ganho (perda) com investimentos	(17,8)	(0,5)	3.767,5	2,0	1,2	60,3
Outras receitas (despesas) operacionais	72,0	143,8	(49,9)	(17,5)	41,3	(142,5)
Resultado antes da depreciação/amortização e receitas (despesas) financeiras - EBITDA	6.552,3	6.038,2	8,5	1.681,5	1.597,1	5,3
Depreciação e amortização do imob/diferido	(2.716,5)	(2.768,9)	(1,9)	(674,1)	(686,4)	(1,8)
Receitas financeiras operacionais	722,2	457,9	57,7	190,8	109,1	74,9
Despesas financeiras operacionais	(1.182,5)	(862,1)	37,2	(314,1)	(216,2)	45,3
Despesas financeiras - JSCP	(980,0)	(888,6)	10,3	(380,0)	(592,8)	(35,9)
Resultado operacional	2.395,5	1.976,5	21,2	504,1	210,7	139,2
Receitas (despesas) não operacionais	37,8	40,1	(5,7)	(3,0)	11,9	(125,2)
Resultado antes da tributação	2.433,3	2.016,6	20,7	501,0	222,6	125,0
Imposto de renda	(638,9)	(535,9)	19,2	(151,1)	(80,2)	88,2
Contribuição social	(232,4)	(188,2)	23,5	(55,3)	(29,1)	90,4
Resultado antes da reversão de juros sobre capital próprio	1.561,9	1.292,5	20,8	294,7	113,3	160,0
Reversão de juros sobre capital próprio	980,0	888,6	10,3	380,0	592,8	(35,9)
Resultado líquido	2.541,9	2.181,1	16,5	674,7	706,1	(4,5)

Obs: Para melhor apresentação da Receita Operacional junto ao mercado e ao órgão regulador (ANATEL), a sociedade efetuou reclassificações nos valores apresentados em dezembro de 2004.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004
CONSOLIDADOS

Dados não auditados (Milhões de reais)

ATIVO	Dezembro		
	2005	2004	% VAR
Circulante	5.112,9	4.161,9	22,9
Disponibilidades	463,5	238,6	94,3
Caixa e bancos	39,0	25,3	54,0
Aplicações com liquidez imediata	424,5	213,3	99,0
Contas a receber de serviços	3.357,7	3.264,1	2,9
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(574,5)	(568,1)	1,1
Tributos diferidos e a recuperar	1.622,8	907,8	78,8
Empréstimos e aplicações financeiras	11,9	18,8	(36,6)
Materiais de estoque e manutenção	75,1	93,0	(19,2)
Adiantamentos a recuperar	47,5	92,8	(48,9)
Créditos com empresas associadas	44,2	70,3	(37,0)
Outros ativos	64,7	44,6	45,1
Realizável a longo prazo	1.046,1	805,1	29,9
Tributos diferidos e a recuperar	458,1	354,4	29,3
Empréstimos e aplicações financeiras	10,7	10,4	3,6
Depósitos judiciais	481,8	333,9	44,3
Créditos com empresas associadas	9,8	15,9	(38,5)
Outros ativos	85,6	90,5	(5,4)
Permanente	12.690,2	13.784,8	(7,9)
Investimentos	253,6	284,6	(10,9)
Imobilizado	12.358,0	13.369,4	(7,6)
Diferido	78,6	130,8	(39,9)
Total do ativo	18.849,1	18.751,8	0,5
PASSIVO			
Circulante	5.431,4	4.163,8	30,4
Empréstimos e financiamentos	246,8	529,9	(53,4)
Fornecedores	1.507,0	1.194,8	26,1
Consignações a favor de terceiros	182,6	168,6	8,3
Impostos, taxas e contribuições	1.794,1	1.165,7	53,9
Participação nos resultados	903,4	506,1	78,5
Provisão para contingências	67,8	52,8	28,3
Pessoal, encargos e benefícios sociais	162,2	143,3	13,2
Perdas temporárias em operações de derivativos	294,3	235,9	24,7
Obrigações com empresas associadas	62,6	36,7	70,5
Outras obrigações	210,7	129,8	62,3
Exigível a longo prazo	3.194,5	3.170,2	0,8
Empréstimos e financiamentos	2.150,9	2.226,3	(3,4)
Impostos, taxas e contribuições	22,7	26,0	(12,7)
Provisão para contingências	932,1	800,4	16,5
Obrigações com empresas associadas	13,4	50,5	(73,4)
Outras obrigações	75,4	67,1	12,4
Resultado de Exercícios Futuros	17,5	17,5	0,0
Patrimônio líquido	10.204,2	11.398,6	(10,5)
Capital social	5.978,1	5.978,1	0,0
Reservas de capital	2.687,0	2.745,3	(2,1)
Reservas de lucros	659,6	659,6	0,0
Lucros acumulados	879,6	2.015,7	(56,4)
Recursos capitalizáveis	1,6	1,6	0,0
Total do passivo	18.849,1	18.751,8	0,5

DADOS OPERACIONAIS
DADOS CONSOLIDADOS

		Análise Acumulada			Análise Trimestral		
		DEZEMBRO/05	DEZEMBRO/04	% VAR	4T05	3T05	% VAR
Investimento (Econômico)	R\$ MM	1.673	1.339	24,9	725	360	101,3
Planta							
Linhas instaladas (comutadas)		14.319.572	14.230.843	0,6	14.319.572	14.308.575	0,1
Linhas instaladas - ganho		88.729	(17.870)	N.A	10.997	(25.203)	N.A
Linhas em serviço		12.347.015	12.462.746	(0,9)	12.347.015	12.453.292	(0,9)
Residencial		9.228.968	9.320.825	(1,0)	9.228.968	9.323.461	(1,0)
Não residencial		1.425.558	1.432.245	(0,5)	1.425.558	1.413.385	0,9
Troncos ^{1/}		1.033.283	1.076.176	(4,0)	1.033.283	1.057.400	(2,3)
Linhas públicas		329.537	328.944	0,2	329.537	329.045	0,1
Uso próprio e teste		329.669	304.556	8,2	329.669	330.001	(0,1)
Linhas em serviço - ganho		(115.731)	165.816	N.A	(106.277)	11.211	N.A
Linhas em serviço média	(LSM)	12.415.759	12.295.057	1,0	12.420.499	12.443.727	(0,2)
ADSL		1.206.799	826.400	46,0	1.206.799	1.084.430	11,3
Digitalização	(%)	100,0	98,7	1,3 P.P.	100,0	99,2	0,8 P.P.
Tráfego							
Local - Pulsos registrados	(pul ooo)	31.839.569	33.511.307	(5,0)	7.922.191	8.039.059	(1,5)
Local - Pulsos excedentes	(pul ooo)	21.832.713	23.548.589	(7,3)	5.481.019	5.568.229	(1,6)
Longa distância nacional ^{2/}	(min ooo)	14.135.983	15.869.295	(10,9)	3.455.078	3.517.890	(1,8)
Longa distância internacional	(min ooo)	104.944	96.033	9,3	25.206	27.671	(8,9)
Tráfego mensal por LSM							
Local	(pul)	214	227	(5,9)	213	215	(1,3)
LDN	(min)	95	108	(11,8)	93	94	(1,6)
LDI	(min)	0,7	0,7	8,2	0,7	0,7	(8,7)
Outros							
Empregados		7.770	7.125	9,1	7.770	7.789	(0,2)
Linhas em serviço por empregado ^{3/}		1.744	1.865	(6,5)	1.744	1.738	0,4
Receita Op. Líquida mensal por LSM	(R\$)	96,6	90,2	7,1	100,8	99,7	1,1
Densidade telefônica (por 100 habit.)		30,9 ^{4/}	31,7	(0,8) P.P.	30,9 ^{4/}	31,3	(0,4) P.P.

1/ Inclui clientes RDSI.

2/ Inclui tráfego intra-estadual e interestadual (fixo-fixo e fixo-móvel)

3/ Dados referentes ao final de cada período. Inclui clientes ADSL.

4/ População base para o cálculo: 39.898.669 (fonte IBGE - Dez/05)

TARIFAS - SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA

TARIFAS DE SERVIÇO LOCAL

(em reais - impostos inclusos)

Data	Habilitação	Assinatura mensal			Telefone Público		Pulso local
		Residencial	Não residencial	Tronco	Ficha Local	Crédito	
24/jun/01	76,6	23,3	36,4	48,6	0,075	0,075	0,092
28/jun/02	76,6	26,6	40,0	40,0	0,081	0,081	0,103
30/jun/03	89,8	30,4	49,6	49,6	0,093	0,093	0,117
12/set/03	1/ 69,7	31,1	46,9	46,9	0,095	0,095	0,120
2/jul/04	64,2	33,5	50,4	50,4	0,102	0,102	0,129
1/set/04	73,1	34,5	54,4	54,4	0,105	0,105	0,133
1/nov/04	82,1	35,6	58,3	58,3	0,108	0,108	0,137
3/jul/05	2/ 88,0	38,1	62,5	62,5	0,117	0,117	0,147

TARIFAS DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL

(em reais - impostos inclusos, por minuto, horário normal, sem descontos)

Data	D1	D2	D3	D4
	(até 50km)	(50 a 100km)	(100 a 300km)	(acima 300km)
24/jun/01	0,100	0,160	0,220	0,300
28/jun/02	0,108	0,173	0,237	0,347
30/jun/03	0,124	0,198	0,272	0,397
12/set/03	0,127	0,203	0,278	0,382
2/jul/04	0,133	0,213	0,292	0,400
1/set/04	0,144	0,230	0,316	0,397
1/nov/04	0,155	0,248	0,340	0,394
3/jul/05	0,155	0,248	0,340	0,414

TARIFAS DE INTERCONEXÃO

(em reais - impostos inclusos, por minuto, sem descontos)

Data	Fixo-Fixo		Fixo-Móvel		
	TU-RL	TU-RIU	VC-1	VC-2	VC-3
3/fev/01			0,453	0,953	1,084
24/jun/01	0,050	0,086	0,453	0,953	1,084
1/fev/02	0,050	0,091	0,498	1,037	1,180
8/fev/03	3/ 0,058	0,114	0,5687-0,6360	1,265	1,439
30/jun/03	0,052	0,102			
12/set/03					
11/fev/04			0,6085-0,6805	1,354	1,540
2/jul/04	0,047	0,106			
1/set/04	0,049	0,112			
1/nov/04	0,052	0,118			
12/jun/05			0,65714 - 0,73486		
3/jul/05	0,045	0,121			

1/ Habilitação foi reajustada em 04/10/2003.

2/ Alguns serviços têm tarifas diferenciadas na região da antiga CTBC, tais como habilitação (R\$71,59), assinaturas não residencial e tronco (R\$60,02), LDN (D1=R\$0,150, D2=R\$0,216, D3=R\$0,308 e D4=R\$0,459). Há diferentes tarifas na região da CETERP.

3/ A partir de 08/02/03 existem tarifas diferenciadas por setores de origem e destino conforme tabela autorizada pela Anatel.

Nota a) Em 06 de fevereiro de 2004, por meio do Ato nº 42.422, a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL homologou o reajuste dos valores das chamadas destinadas ao Serviço Móvel Celular - SMC e Serviço Móvel Pessoal - SMP com variação de 6,99% para as modalidades VC1, VC2 e VC3 em toda a área de concessão da TELESP, setores 31, 32 e 34 da Região III. O reajuste entrou em vigor a partir do dia 11 de fevereiro de 2004.

Nota b) Em 08 de junho de 2005, por meio do Ato nº 50.895, a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL homologou o reajuste dos valores das chamadas destinadas ao Serviço Móvel Pessoal - SMP com variação de 7,99%, para a modalidade VC1, em toda a área de concessão da TELESP, setores 31,32 e 34 da Região III. O reajuste das chamadas VC1 entrou em vigor a partir do dia 12 de junho de 2005. As chamadas VC2 e VC3 permanecem sem reajuste até o momento.

Nota c) Em 30 de junho de 2005, por meio dos Atos 51.300 e 51.301, a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL homologou os percentuais para o reajuste tarifário do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 03 de julho de 2005.

Os incrementos médios das cestas de tarifas foram os seguintes: Local: 7,27%; Longa Distância: 2,94%; TU-RL: (-13,32%); TU-RIU: 2,94%

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

(em milhares de reais)

Dezembro 2005						
	Moeda	Taxa de juros	Vencimento	Curto prazo	Longo prazo	Total
Mediocrédito	US\$	1,75%	2014	7.471,0	52.802,0	60.273,0
Empréstimos em moeda local	R\$	6% +3,75% SPREAD	ATÉ 2006	1.898,0	0,0	1.898,0
Empréstimos Diversos em Moeda Estrangeira			ATÉ 2009	215.642,0	598.051,0	813.693,0
Debêntures	R\$	103,5% DA TAXA CDI	ATÉ 2007	21.744,0	1.500.000,0	1.521.744,0
Total				246.755,0	2.150.853,0	2.397.608,0

COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DIVERSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

(em milhares de reais)

Dezembro 2005					
Consolidado	Moeda	Taxas de Juros	Principal	Juros	Saldo
Resolução 2770	US\$	5,70% A 6,90%	105.523,0	9.451,0	114.974,0
Resolução 2770	US\$	4,80%	292.928,0	9.983,0	302.911,0
Untied Loan - JBIC	JPY	LIBOR + 1,25%	393.520,0	2.288,0	395.808,0

CRONOGRAMA CONSOLIDADO DE VENCIMENTOS DE LONGO PRAZO

(em milhares de reais)

Dezembro 2005	
Ano	Valores
2007	1.605.420,0
2008	408.332,0
2009	105.420,0
A PARTIR DE 2010	31.681,0
TOTAL	2.150.853,0

AVISO LEGAL

O presente documento contém manifestações a respeito do futuro sobre intenções, expectativas ou previsões da Companhia ou de seu direcionamento à data de elaboração do mesmo, que se referem a diversos aspectos, e entre eles a base de clientes e a sua evolução, ao crescimento das distintas linhas de negócio e ao do negócio global, à participação de mercado, aos resultados da Companhia e aos demais diversos aspectos da atividade e situação da mesma. As previsões futuras neste documento podem ser identificadas em determinados casos, pela utilização de palavras como “expectativas”, “antecipação”, “propósito”, “crença”, e de uma linguagem similar ou sem negação, ou pela natureza futura das discussões sobre estratégia, planos ou intenções.

Tais intenções, expectativas ou previsões são afetadas, como tais, por riscos e incertezas que poderiam determinar o que venha a ocorrer na realidade, não se correspondam a elas e a Companhia não se obriga a revisá-las publicamente no caso de mudanças de estratégia ou de intenções ou acontecimentos não previstos que possam afetar às mesmas.

O exposto nesta declaração deve ser levado em conta por todas aquelas pessoas ou entidades que possam ter que decidir ou elaborar ou difundir opiniões relativas a valores emitidos pela Companhia e em particular, pelos analistas que utilizem este presente documento. Convida-se a todos para que consultem a documentação e a informação pública comunicada ou registrada pela Companhia ante as entidades de supervisão de mercados de valores mais relevantes e em particular, ante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Para mais informações contatar:

Diretoria de Relações com Investidores

Rua Martiniano de Carvalho, 851 - 17º. andar

01321-001 - São Paulo - Brasil

Tel.: +55 11 3549 7200 / 7201

Fax: +55 11 3549 7202

E-mail:

Daniel de Andrade Gomes

dgomes@telefonica.com.br

ri.telefonicabr@telefonica.com.br

www.telefonica.com.br